

# Desordenada cobiça

**E**NTRE a confusão e a angústia que se vão instalando entre nós, pode acontecer que cidadãos e partidos, presidente e imprensa se entrem demasiado na desordem, perdendo o sentido do que é importante e do que não o é. Entre chamamentos presidenciais e governantes titubeantes, ataques à liberdade de expressão e negócios privados com apoios públicos, ex-governantes em empresas públicas e reformas com algum exagero, as árvores são tantas que nos arriscamos a ver apenas a floresta. Arriscamo-nos a esquecer que o tronco comum, o pecado original que alimenta em Portugal estas sequências trágico-cómicas é a promiscuidade entre sector público e sector privado. Uma promiscuidade que é partilhada por todos os governos das duas últimas décadas.

A economia portuguesa industrializou-se à sombra de um condicionamento industrial em que a abertura e o fecho de uma fábrica de sabão era decidido à volta de alguns salgadinhos ou no escuro de gabinetes ministeriais. Veio depois a deriva das nacionalizações, em que participou uma grande parte da nossa elite política e económica, activa ou passivamente. Confundiram-se. Quando várias empresas foram reprivatizadas a partir dos anos oitenta esperava-se uma clarificação. Esperava-se a definição do papel das empresas públicas que restaram. Esperava-se que uma nova transparência levasse a nossa economia a uma concorrência e exigências salutaras. Não aconteceu.

**H**á algum país em que o maior banco, que é público, é o maior accionista do maior banco privado e prescinde de se sentar na sua direcção? Essa cadeira vazia pertence-nos a nós, contribuintes.

Há algum país em que as empresas públicas comprem e vendam participações em grupos privados sem explicações sobre motivos, económicos ou outros? Essa explicação que falta pertence-nos a nós, contribuintes. Há algum país em que as reformas de topo de empresas públicas sejam decididas em assembleias gerais em que ao poder político dos beneficiários se contrapõem os interesses do Estado representado pelo senhor José da Purificação Silva e Oliveira (nome fictício mas representativo)? Esse senhor anónimo, pronto a ser

deglutido pelos gigantes, somos nós, contribuintes e ausentes de todas as assembleias gerais. As empresas públicas estão transformadas em centros de indecisão que, passiva ou activamente, servem interesses privados nos mercados onde actuam.



JOSÉ A  
TAVARES\*

No que toca a empresas, não se pode adiar mais a definição da fronteira entre público e privado. Se o capital público quer participar no jogo de mercado então contra-tem-se gestores no mercado internacional e exijam-se resultados. Aconteceu na TAP e não aconteceu noutras empresas do Estado. Se o capital público defende um interesse público específico, identifiquemo-lo e descobriremos, sem surpresa, que não é amparar e afagar empresas priva-

das. Quando nos falarem de razões estratégicas, desconfiemos. Quando nos falarem de manutenção de centros de decisão, desconfiemos. Quando nos falarem de personalidades e idoneidades conhecidas, desconfiemos. Em vez disso apoiem-se as entidades reguladoras dando-lhes força para garantir aos cidadãos a boa aplicação dos seus impostos e a racionalidade nas suas empresas (as públicas). Em economia a cobiça não é

## O PECADO ORIGINAL É PROMISCUIDADE ENTRE SECTOR PÚBLICO E PRIVADO

pecado capital, mas precisa de alguma ordem.

**C**arlos García (nome não fictício) lembrou-nos já em 1619, no seu tratado sobre as virtudes de todos os tipos de saltadores, *A Desordenada Cobiça dos Bens Alheios*, que «A todos os citados ladrões se chama discretos, porque cada um no seu ofício procura encobrir o furto o melhor que pode, transformando-o em virtude e nobreza; e esta maneira de furtar é a mais encoberta, da qual há tanta variedade e diferença quantas de ofícios há na república». Claro que onde está república se poderia ler monarquia e os bens alheios são alheios porque não são deles. São nossos.

\*PROFESSOR NA FACULDADE DE ECONOMIA  
DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

jtavares@fe.unl.pt